

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	21
1.1. Histórico da reforma tributária sobre o consumo	21
1.1.1. Simplificação da tributação como objetivo a ser alcançado ...	23
1.1.2. Evolução do Sistema Tributário Nacional	42
1.1.2.1. Constituição de 1891	42
1.1.2.2. Constituição de 1934	44
1.1.2.3. Constituição de 1937	45
1.1.2.4. Constituição de 1946	46
1.1.2.5. Constituição de 1967	48
1.1.2.6. Constituição de 1988	57
1.1.2.7. Propostas e Reformas pós 1988	67
1.1.2.8. A PEC nº 45/2019 e sua congênere, a PEC nº 110/2019	81
1.1.2.9. Breves notas sobre o novo Sistema Tributário Nacional	91
1.1.2.10. Breves notas sobre a LCP nº 214/2025 e a LCP nº 227/2026	94
CAPÍTULO 2 – O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E A TRIBUTAÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS	101
2.1. Os diferentes pressupostos materiais que autorizam a instituição de tributos	102
2.2. Imposto sobre bens e serviços (ibs) e contribuição social sobre bens e serviços (CBS)	113
2.2.1. Introdução	113

2.2.1.1.	O Modelo de Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA)	113
2.2.1.1.1.	Principais características	115
2.2.1.1.2.	Breves notas sobre a recente experiência internacional	126
2.2.1.1.3.	A necessidade de adaptação ao modelo constitucional brasileiro	129
2.2.2.	Hipóteses de incidência	137
2.2.3.	Base de cálculo	152
2.2.4.	Alíquotas	158
2.2.5.	Sujeição passiva	168
2.2.6.	Não cumulatividade e creditamento	178
2.2.6.1.	Neutralidade tributária	178
2.2.6.2.	Créditos físicos e créditos financeiros	182
2.2.6.3.	Do IVA mínimo ao IVA ideal (graus de neutralidade tributária)	184
2.2.6.4.	A interpretação da não cumulatividade aplicável ao IBS e à CBS	186
2.2.6.5.	Do regime de compensação e do “split payment”	206
2.2.7.	Regimes específicos, diferenciados e favorecidos	219
2.2.7.1.	Introdução	219
2.2.7.2.	Regimes específicos	221
2.2.7.2.1.	Linhas gerais	221
2.2.7.2.2.	Combustíveis e lubrificantes	231
2.2.7.2.3.	Operações com serviços financeiros, bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos	244
2.2.7.2.3.1.	Serviços financeiros	248
2.2.7.2.3.2.	Bens imóveis	262
2.2.7.2.3.3.	Planos de assistência à saúde	275
2.2.7.2.3.4.	Concursos de prognósticos ...	279
2.2.7.2.4.	Sociedades cooperativas	280
2.2.7.2.5.	Operações com serviços de turismo, bares e restaurantes, atividade esportiva	

	desenvolvida por Sociedade Anônima do Futebol, aviação regional e transporte coletivo de passageiros.....	284
	2.2.7.2.5.1. Considerações iniciais	284
	2.2.7.2.5.2. Bares e restaurantes	290
	2.2.7.2.5.3. Hotelaria, parques de diversão e parques temáticos	292
	2.2.7.2.5.4. Serviços de transporte coletivo de passageiros	293
	2.2.7.2.5.5. Agências de turismo	296
	2.2.7.2.5.6. Sociedade Anônima do Futebol	296
	2.2.7.2.6. Operações alcançadas por tratado ou convenção internacional	301
2.2.7.3.	Regimes diferenciados	302
	2.2.7.3.1. Aspectos preambulares sobre as regras de desoneração	302
	2.2.7.3.2. Do regime de transição para a alíquota padrão	306
	2.2.7.3.3. Limites à atuação do legislador e a natureza jurídica das regras de desoneração	311
	2.2.7.3.4. A figura da opção pelo contribuinte do IBS e da CBS	318
	2.2.7.3.5. Concessão de crédito presumido ao adquirente de serviços de transportador, de resíduos recicláveis e de bens móveis usados para revenda	324
2.2.7.4.	Cesta Básica Nacional de Alimentos	325
2.2.7.5.	Outros regimes específicos e diferenciados	329
	2.2.7.5.1. Bens de capital	329
	2.2.7.5.2. Biocombustíveis e hidrogênio de baixa emissão de carbono	335
	2.2.7.5.3. Regimes Aduaneiros Especiais e Zonas de Processamento de Exportação	337

2.2.7.5.4. Energia elétrica.....	338
2.2.7.6. Regimes favorecidos.....	339
2.2.8. Regras de transição.....	340
2.2.9. Linhas gerais sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS).....	349
CAPÍTULO 3 – IMPOSTO SELETIVO.....	365
3.1. Aspectos gerais e teóricos.....	365
3.2. Considerações gerais sobre a instituição de “excise taxes”.....	377
3.3. Tendências observadas nos “excise taxes” em países da OCDE (2024).....	381
3.3.1. Bebidas alcoólicas.....	383
3.3.2. Tabaco.....	387
3.3.3. Combustíveis.....	391
3.3.4. “Carbon taxes”.....	393
3.3.5. Bebidas açucaradas (“Sugar-Sweetened Beverages – SSBs”).....	397
3.3.6. Apostas “on-line” (“Online gambling”).....	400
3.3.7. Armas de fogo e munições.....	403
3.3.8. Plásticos descartáveis.....	405
3.4. O imposto especial sobre o consumo no novo Sistema Tributário Nacional: o Imposto Seletivo.....	408
3.5. Perspectivas para o Imposto Seletivo brasileiro.....	435
CAPÍTULO 4 – Simples Nacional.....	439
4.1. Introdução.....	439
4.2. Princípios constitucionais e o Simples Nacional.....	445
4.3. Tributos abrangidos pelo regime unificado.....	447
4.4. Nova arquitetura do Simples Nacional.....	454
4.4.1. Simples Nacional e os novos tributos incidentes sobre o consumo.....	454
4.4.2. A nova figura jurídica: o Nanoempreendedor.....	459
4.5. A dupla opção relativa ao Simples Nacional.....	459
CAPÍTULO 5 – COMO FICAM OS DEMAIS TRIBUTOS?.....	463
5.1. Introdução.....	463

5.2. Imposto sobre Operações de Crédito e Câmbio ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).....	463
5.3. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).....	467
5.4. Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação (ITCMD).....	478
5.5. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)..	487
5.6. Contribuição para o serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos (COSIMP).....	496
5.7. Contribuição sobre produtos primários ou semielaborados	502
CAPÍTULO 6 – NOVAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	511
6.1. Dos princípios constitucionais.....	511
6.1.1. Introdução aos novos princípios constitucionais.....	511
6.1.2. Princípio da simplicidade	516
6.1.3. Princípio da transparência	519
6.1.4. Princípio da justiça tributária e da progressividade	522
6.1.5. Princípio da cooperação	527
6.1.6. Princípio da defesa do meio ambiente.....	529
6.1.7. Alterações dos princípios constitucionais já expressamente previstos no texto constitucional antes da EC nº 132/2023.....	531
6.1.7.1. Princípio da legalidade tributária.....	531
6.1.7.2. Princípio da não surpresa.....	533
6.2. Novas imunidades e algumas alterações às já existentes antes da EC Nº 132/2023	535
6.2.1. Imunidades relacionadas ao IBS e à CBS.....	535
6.2.2. Alterações no art. 150 do texto constitucional relacionadas às imunidades.....	537
6.2.3. Imunidades relativas ao Imposto Seletivo (IS).....	544
6.2.4. Imunidades relativas ao ITCMD.....	544
6.2.5. Imunidades relativas ao IPVA.....	545
CAPÍTULO 7 – A COMPETÊNCIA COMPARTILHADA E O PACTO FEDERATIVO	549
7.1. A competência legislativa e a competência tributária.....	549

7.2.	Nova repartição constitucional de competências.....	553
7.3.	Autonomia dos entes federativos x competência tributária.....	559
7.3.1.	Características do modelo de competência tributária compartilhada	559
7.3.2.	Mitigação da competência tributária e discriminação de rendas.....	565
7.3.3.	Da preservação da arrecadação dos entes federativos	575
7.3.3.1.	Do princípio do destino	575
7.3.3.2.	Da manutenção do equilíbrio da arrecadação tributária.....	579
7.3.4.	Gatilhos constitucionais para manutenção da autonomia financeira.....	582
CAPÍTULO 8 – O PAPEL DO CONGRESSO NACIONAL NO NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....		587
8.1.	Introdução.....	587
8.2.	Poder legislativo e tributação	588
8.3.	Iniciativa legislativa	591
8.4.	Edição de Medidas Provisórias.....	596
8.5.	O papel da lei complementar	598
8.6.	Resoluções do Senado Federal	611
CAPÍTULO 9 – O NOVO SISTEMA E OS INCENTIVOS REGIONAIS		615
9.1.	Introdução.....	615
9.2.	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.....	616
9.3.	Zona Franca de Manaus.....	619
9.4.	Áreas de Livre Comércio.....	630
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		635